

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA:

***ENTRE DIAMANTES E ÁGUAS VERTENTES:  
O TERRITÓRIO DO HOMO GARIMPEIRUS.***

NOME DO DOUTORANDO:

***EVANDRO BASTOS SATHLER***

FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:

PROFISSIONAL LIBERAL = ADVOGADO SÓCIO-AMBIENTALISTA

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

***MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS E JURÍDICAS  
PPGSD/UFF (2005)***

# PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - POSGEO – UFF

## PROJETO DE PESQUISA

### Título:

### **ENTRE DIAMANTES E ÁGUAS VERTENTES: O TERRITÓRIO DO *HOMO GARIMPEIRUS*.**

#### RESUMO

Este projeto de pesquisa aborda o processo de desterritorialização da histórica atividade garimpeira do diamante no Alto Rio Jequitinhonha, Minas Gerais, em função da legislação ambiental e, especialmente, pela decretação da Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes.

Em 1729, quando foi descoberto o diamante, a Coroa Portuguesa garantiu para si o monopólio da extração desta riqueza. Para assegurar este monopólio foi estabelecida a Demarcação Diamantina (ou Distrito Diamantino): um enclave Real, em cujo perímetro a entrada, circulação e saída de pessoas e bens eram extremamente controlados. Insurgindo contra este monopólio e os rigores impostos à Demarcação, uma espécie de mineração paralela teve início, atividade completamente fora da lei, empreendida às escondidas, furtivamente. Os atores desta atividade desautorizada foram denominados *garimpeiros*: eram representantes de uma população colonial socialmente excluída, mestiça, além de negros libertos e fugidos, que chegaram na Demarcação em diferentes momentos. Pela natureza controversa da atividade, os garimpeiros eram perseguidos pelas autoridades reais. Para permanecer livre uniram forças com seus semelhantes e desenvolveram mecanismos de solidariedade. A postura marcada pela resistência e manutenção da liberdade contribuiu na construção de laços formadores de uma identidade, e que por sua vez implica numa territorialidade (COSTA, 2005, p. 85), reproduzida geração após geração os aspectos culturais característicos da população garimpeira do Alto Jequitinhonha.

Seriam tais laços apenas de natureza cultural e identificáveis após quase três séculos? É possível falar de um “grupo cultural distinto” ou uma “identidade garimpeira”? Seria o garimpeiro mais que um personagem folclórico? Buscando respostas para tais indagações reconhecemos aqui, simbolicamente, a figura do *homo garimpeirus*, como forma de denominar a população remanescente dos primeiros garimpeiros do Alto Jequitinhonha.

A atividade de extração do diamante (a mineração oficial ou a furtiva) na época da Demarcação era tipicamente manual – ou artesanal, utilizando uns poucos instrumentos rudimentares. A esta atividade de natureza artesanal denominamos *garimpo tradicional*.

Na segunda metade do século XX o garimpo tradicional sofre uma profunda alteração na técnica: foram introduzidas potentes dragas, movidas a motores instalados em balsas flutuantes. Embora impropriamente denominado garimpo, esta atividade essencialmente mecanizada de extração do diamante consumia combustível e outros insumos e acabou por inovar também nas relações de trabalho. Esta atividade denominamos *garimpo mecanizado* (ou quase mineração).

A degradação dos cursos d’água causada pelo garimpo nas últimas décadas, em maior escala pelo garimpo mecanizado, despertou a atenção da comunidade ambientalista. Com os dispositivos legais de proteção ao meio ambiente editados na década de 80 e, em especial, com a instituição da APA das Águas Vertentes em 1998, o garimpo de diamantes (tanto o tradicional quanto o mecanizado) tornou-se uma atividade inviável.

Desterritorializado, ou privado por força de lei de sua atividade histórica, o garimpeiro tradicional, personagem principal deste conflito de territorialidades, torna-se merecedor da atenção das autoridades e daqueles responsáveis pelo planejamento territorial e de políticas públicas, bem como e principalmente na implantação da APA das Águas Vertentes.

O objetivo geral da pesquisa é caracterizar como população tradicional<sup>1</sup> o contingente garimpeiro (*homo garimpeirus*) radicado nos limites da APA das Águas Vertentes e, nesta medida, apontar alternativas econômicas sustentáveis para minimizar os efeitos da exclusão socioambiental ou da desterritorialização/destraditionalização levada a efeito pela proibição da atividade garimpeira. Ao mesmo tempo viabilizar os objetivos da APA com o menor impacto sócio-econômico sobre a população radcada nos limites desta Unidade de Conservação.

A pesquisa prevê a elaboração de um mapa temático constando a antiga *Demarcação Diamantina* (1734) e a APA das Água Vertentes (1998). A interseção formada entre a Demarcação e a APA será denominada aqui **Zona de Especial Interesse Histórico-Ambiental – ZEIHA**, como proposta de zoneamento da APA, e como área escopo da pesquisa. Os elementos que se pretende destacar no mapeamento da ZEIHA, entre outros, constituem os objetivos específicos da pesquisa, e destacam-se como elementos de identificação e proposição de uma Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes no Alto Jequitinhonha, sendo: a) as lavras de diamantes - recentes e antigas; b) as áreas degradadas (cursos d'água e suas margens imediatas), seja pelo garimpo ou outras atividades; c) sítios arqueológicos por ventura existentes, cachoeiras, açudes, grutas, lapas e outras áreas de interesse ecoturístico; d) população quilombola ou descendente desta; e) tipos de vegetação, elevações, nascentes e cursos d'água em geral; f) povoados e vilas, fazendas, sítios, chácaras e outros locais de moradia; g) produção agropecuária, artesanato e serviços; h) malha rodoviária, trilhas e caminhos; i) outras informações que contribuam no ordenamento do turismo, mormente o projeto da Estrada Real.

O conjunto de informações obtidas e seu mapeamento constitui o produto da pesquisa e objeto de análise à *posteriori* na elaboração de projetos e planejamento de atividades econômicas alternativas para a população em geral. Como enfoque metodológico a pesquisa concentra-se na geografia humana, precisamente no campo da geografia cultural. Através de um roteiro de entrevistas abertas aos garimpeiros radicados na ZEIHA, associado ao mapeamento temático, pretende-se caracterizar uma *geografia cultural do garimpo*, identificando e analisando características sócio-culturais forjadas na população pela atividade garimpeira tradicional, servindo-se, entre outros, de elementos históricos, legais, sociológicos e econômicos. Serão levados em conta elementos toponímicos; conjunto de ferramentas e procedimentos utilizados no garimpo tradicional; e na religiosidade, nos festejos e outras manifestações culturais típicas da cultura garimpeira e local.

#### **Palavras-chave:**

conflito de territorialidades;  
população tradicional;  
recursos hídricos;  
ordenação territorial; e  
sustentabilidade econômica.

---

<sup>1</sup> População Tradicional - no contexto deste trabalho – recepciona algumas acepções consideradas sinônimas ou análogas a *Cultura Tradicional*, *Sociedade Tradicional*, *Comunidade Tradicional* ou mesmo *População Culturalmente Diferenciada*, entre outras acepções.

## 1. INTRODUÇÃO

*...só o jogo, o testamento ou o garimpo nos podem tornar ricos de um dia para outro.*

*O garimpeiro é como o jogador; sua esperança está sempre no seio da grupiara, como a do jogador nas cartas do baralho, nos dados ou no tabuleiro verde do bilhar; isto é, sua felicidade dorme na urna do acaso, de onde as mais das vezes nunca sai. Por mais que sejam os reveses com que a fortuna os maltrate, por mais que os repila e os calque aos pés, esses cegos e pertinazes amantes estão sempre de rojo a mendigar favores aos pés daquela cruel e caprichosa amásia.*

Bernardo Guimarães<sup>2</sup>

### 1.1. Contextualização

A existência de um *Eldorado* e riquezas infindáveis motivou os europeus para as grandes navegações do século XV. A descoberta do Brasil acirrou na Coroa Portuguesa o ímpeto pela descoberta de metais e pedras preciosas, com destaque para o ouro. Apenas no século XVII que o tão perseguido metal dourado foi descoberto em abundância no sertão das Gerais. Acorreram para o interior da colônia levadas de homens de todas as castas: reinóis criminosos e degredados, vadios, vagabundos, ciganos, biscateiros... “pessoas, mui bem matizado de diferentes cores, quais as de brancos, mulatos, cabras, pretos, tudo gente ínfima de costumes tais, como pedia seu péssimo e infeliz gênero de vida<sup>3</sup>” (MACHADO FILHO, 1980, p. 87). Excetuando-se alguns reinóis, eram tais aventureiros desclassificados em geral, além de uma legião de escravos africanos introduzidos nas Minas Gerais aos milhares (SOUZA, 2004, 42)<sup>4</sup>. Todos sedentos por fortuna que somente o ouro poderia proporcionar; e outros buscavam simplesmente a liberdade que só o ouro poderia comprar em pouco tempo.

O “ciclo do ouro” – como ficou conhecido este fenômeno histórico no Brasil - rendeu a Portugal uma riqueza inestimável, tendo sido a principal atividade econômica que impulsionou a interiorização e conseqüente expansão dos limites territoriais da então promissora colônia de além mar.

Mas se o ouro já havia causado uma reviravolta sócio-econômica na colônia brasileira, a descoberta de diamantes em Minas Gerais, precisamente na região do alto rio Jequitinhonha, por volta de 1729, causaria um cataclismo social<sup>5</sup>. Os mineiros, que nesta região se dedicavam à extração do ouro e fundaram o *Arraial do Tejuco*<sup>6</sup>, com a descoberta do diamante este arraial, na segunda metade do século XVIII, tornou-se a capital mundial dos diamantes, desbancando a Índia e toda a sua lendária tradição com o diamante há mais

<sup>2</sup> *O garimpeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, s/d. pp. 73 e 87.

<sup>3</sup> Gênero de vida pode aqui ser entendido como formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico, conforme Vidal de la Blache (*apud* SORRE, 2002, p. 22).

<sup>4</sup> Citando Vitorino M. Godinho, Souza (p. 42) complementa que “durante os 60 primeiros anos do século XVIII, a corrida do ouro provocou na Metrópole a saída de aproximadamente 600 mil indivíduos, em média anual de 8 a 10 mil indivíduos”. E citando Antonil, “a mistura foi de toda a condição de pessoas, para desespero das autoridades, que tentavam, a todo custo, refrear a onda migratória”. Citando Boxer, “em 1709, era 30 mil o número das pessoas ocupadas em atividades mineradoras, agrícolas e comerciais, sem falar nos escravos vindos da África e das zonas açucareiras em retração”.

<sup>5</sup> *idem*, p. 96: “...a mineração se estabeleceu sob o signo da pobreza e da conturbação social, marcando-a sobretudo o enorme afluxo de gente que acudiu ao apelo do ouro e cuja composição social se apresentava bastante heterogênea ... foi grande nas Minas a instabilidade social, a itinerância, o imediatismo, o caráter provisório assumido pelo empreendimento”.

<sup>6</sup> hoje Diamantina.

de um milênio (CHAVES & CHAVES, 2003, pp 9,10 e 11). E para garantir o monopólio da extração desta riqueza a coroa portuguesa decretou em 1734 a *Demarcação Diamantina* (ou *Distrito Diamantino*): um território com aproximadamente 75 léguas quadradas<sup>7</sup>, um verdadeiro enclave Real, onde foram impostas severas normas para entrar, permanecer ou sair; tudo dependia de autorização especial (MACHADO FILHO, 1980, pp 16 e 18). “Única na História é essa idéia de isolar uma região, na qual toda a vida civil foi subordinada à exploração de um bem exclusivo da coroa” (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 30).

A população da *Demarcação* era heterogênea, composta basicamente de uma elite branca, que administrava a atividade diamantífera; de escravos africanos, braçais encarregados de toda e qualquer atividade produtiva; e de brasileiros sem identidade, os mestiços de todos os sangues, os desclassificados (MENESES, 2000, 103)<sup>8</sup>.

O imaginário da gente da *Demarcação* – independente da origem - alimentava o sonho da fortuna rápida. Para a maior parte, no entanto, tratava-se de fortuna clandestina, furtiva, proibida. Burlar as Leis, Regimentos, Alvarás, Provisões, Resoluções, Ordens, Bandos e demais disposições de direito produzidas na e para a *Demarcação* pela Coroa Portuguesa era uma constante. Era também uma constante a busca por melhores meios de vida e sobrevivência, inclusive a dos negros: cativos, libertos e fugidos. Este comportamento estampou na população uma característica: resistência à opressão, constante luta por sobrevivência e liberdade e, acima de tudo, busca por riqueza. Manter-se livre e ocupado, longe das grades e do degredo para Angola; e sobreviver em terras constantemente rastreadas por capitães-do-mato, dragões e tropas de pedestres, além da implacável Fazenda Real, mantinha parte desta população numa existência furtiva, marginal, paralela, escondida. Entre quilombos e ajuntamentos, em meio a lavras clandestinas de diamante, circulando pelas *grimpas* das serras entrecortadas, pontiagudas e escarpadas, emerge um personagem batizado pela geografia da serra do Espinhaço: o *grimpeiro*. Ou garimpeiro, como passou a ser conhecido aquele que andava pelas *grimpas* à procura de ouro (NASCENTES, 1966); ou com a função de vigiar as minerações clandestinas, que, para exercê-la, tinha que subir às *grimpas* das montanhas (CUNHA, 1989); garimpeiro era aquele que andava furtivamente a procurar diamantes nas terras onde eles existiam, um explorador dos diamantes (FERREIRA, s/d); o que anda à cata dos diamantes nos distritos diamantinos (LACERDA, 1859).

O garimpeiro tornou-se uma figura folclórica e emblemática. Para sobreviver tornou-se um profundo conhecedor da geografia da serra do Espinhaço; tratava de conhecer as entranhas da terra e dominar os meios e processos de escavação em busca dos diamantes, fosse nos leitos dos córregos e rios, fosse nas *grupiaras*<sup>9</sup>. Em cada córrego e rio fluía a esperança de *bamburra*<sup>10</sup> um diamante de peso que lhe garantisse fortuna. Sobreviver à perseguição, à fome e ao frio, num ambiente inóspito e pouco amigável, com pouco ou nenhum tempo para lavar a terra e produzir alimentos, requeria dele, conforme Souza, um desempenho sobre-humano e uma rede de parceiros – igualmente desclassificados e criminosos, todos indesejados na *Demarcação*, como tropeiros, mercadores, contrabandistas, ciganos e traficantes de carne viva (2004, p. 282). Além do capangueiro, que, segundo Machado Filho, comprava dos garimpeiros o produto das faisqueiras “e o protegia, mandando-lhe avisos cautelosos quando as tropas de dragões saíam em batidas aos quilombos e garimpos” (1985, p. 20).

<sup>7</sup> A Demarcação Diamantina tem, conforme Felício dos Santos, 12 léguas de norte a sul, e 7 léguas de leste a oeste, resultando em 75 léguas quadradas, mais ou menos. Considerando-se a légua com 6.600 m., obtêm-se 495 km<sup>2</sup>. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 57.

<sup>8</sup> Segundo Meneses, por volta de 1776, a Comarca do Serro Frio (onde localizava-se o Arraial do Tejuco) contava com quase 60.000 almas. 76,8% composta por negros e pardos, a grande maioria escrava, sendo o Arraial do Tejuco a vila mais populosa (2000, p. 103).

<sup>9</sup> Designação dada nas regiões auríferas e diamantíferas do depósito sedimentoso em camadas nas faldas e cristas das montanhas e morros. Aurélio Eletrônico, Edição Século XXI.

<sup>10</sup> Nas lavras diamantinas, fazer fortuna inesperadamente, ou encontrar diamante muito valioso. Aurélio Eletrônico, Edição Século XXI.

Curiosamente, as condições de vida e trabalho, associado às origens variadas, favoreceram uma espécie de *coesão grupal*, com traços culturais identificáveis – típicos de uma população marginal e em estado de segregação, mas solidária, corroborado por um “rigoroso mecanismo de concentração e desclassificação social da época”, a que foram submetidos os habitantes da Demarcação e, em especial, o *homo garimpeirus*. Sem dúvida, o primeiro ajuntamento de homens livres pobres da Colônia a desenvolver uma consciência de grupo e a instituir normas éticas de conduta”<sup>11</sup>. Tal característica é reforçada por Machado Filho, quando alerta que “os garimpeiros, vigiados e perseguidos na Demarcação Diamantina, logo se expandiram em outros descobertos, ocasionando bandeiras do interior, das quais só temos escassas notícias (1980, p. 86).

Não obstante uma fronteira pouco definida entre a realidade envolvendo os aquilombados e os ajuntamentos de garimpeiros, a luta de cada grupo tinha suas peculiaridades, mas ambos viviam fora da lei (SOUZA, 2004, p. 282). Nem todo garimpeiro era negro aquilombado, mas boa parte dos aquilombados eram garimpeiros, haja vista que esta atividade era a principal fonte de recursos naquela região e época, destacando desde já uma territorialidade em formação. Certo que nos quilombos existia certa divisão de trabalho: enquanto uns lavravam a terra para produzir alimentos e outros produtos artesanais necessários à sobrevivência do grupo, outros lavravam a terra em busca de diamantes e ouro, caracterizando uma agricultura de subsistência, além da utilização dos alimentos coletados e caça, determinando um conhecimento sobre o meio, reforçando ainda mais a territorialidade em formação. Ao final a produção era negociada por outros produtos de interesse do grupo, o que demandava circulação e meios de transporte. Administrar a existência do grupo num meio agreste, cujo relevo montanhoso (chuvoso em um terço do ano e seco noutro terço) que não facilitava a circulação, corroborou na constituição de uma consciência de classe, onde a gente desde pequena acostumava-se às maiores dificuldades.

Desta forma, o mineiro era o ator principal da mineração oficial, fosse do ouro ou do diamante, embora fosse escrava a maior parte da mão-de-obra envolvida nesta mineração. O garimpeiro era o mineiro livre (mesmo sendo negro fugido), que, na *Demarcação*, caracterizou os indivíduos que extraíam diamantes sem o consentimento oficial. Razão pela qual eram considerados criminosos: seu único crime, no caso do mestiço e demais homens livres era laborar em terras proibidas; no caso do negro fugido era a fuga da escravidão seu maior crime. Entretanto, segundo Felício dos Santos, respeitavam a vida, os direitos e a propriedade de seus concidadãos (1976, p. 79). Isto não os livrava de punições extremas quando capturados, mas não podiam ser confundidos com bandidos ordinários (SOUZA, 2004, 58).

Métodos utilizados na extração do diamante e os locais de atuação eram semelhantes a mineiros e garimpeiros: variava, pois, o *status quo* de quem exercia a atividade. *Garimpeiro*, portanto, é um termo, um conceito surgido na *Demarcação Diamantina* no século XVIII, registrado com simpatia e solidariedade pela memória coletiva, pois, como salienta Souza, representava a “cristalização mítica, simbólica, de uma realidade dolorosa”, caracterizada pela luta de homens pobres pela liberdade e alguma riqueza, constantemente pressionados pela morte. “A heterogeneidade e a fluidez da camada que os envolveu, a violência dos mecanismos que os rejeitaram e os incorporaram quando conveio, tolheu-lhes a possibilidade de construir uma percepção consciente da própria miséria” (SOUZA, 2004, pp 283, 284 e 294).

---

<sup>11</sup> E. P. Salomão *apud* MIRANDA *et al.* Atividades garimpeiras no Brasil: aspectos técnicos, econômicos e sociais. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1997, p. 6

Desde então o termo garimpeiro se espalhou pelo restante do país para caracterizar o trabalhador livre e autônomo na busca de pedras e metais preciosos; e *garimpo*<sup>12</sup> o local da atividade exercida pelo garimpeiro.

A acepção do termo garimpeiro - sinônimo de degradação ambiental nos dias de hoje - generalizou-se por todo o país: estima-se em 400.000 o número de garimpos em todo o Brasil (MIRANDA, CIPRIANNI & MÁRTIRES, 1997, p. 17). Não obstante a generalização do termo, vez que existem garimpeiros de norte a sul, leste a oeste do país, buscando uma variada gama de recursos minerais, considera-se garimpeiro - para efeitos deste trabalho - aquele personagem original, tradicional, conhecedor das lavras, técnicas e do ambiente que o cercava; aquele personagem presente no imaginário dos mais antigos; aquele ser humano envolto na extração do diamante manualmente na região do Alto Jequitinhonha, desde 1729 aos dias de hoje; aquele obstinado que busca na terra o que não perdeu, sem tampouco saber onde, e sem qualquer garantias de encontrar: o *homo garimpeirus*.

Ensaída a origem histórica do garimpeiro é necessário frisar que tratava-se de um indivíduo envolvido numa atividade proibida por razões de monopólio. Ou seja, a extração do diamante era permitida àqueles *amigos do rei*: representantes da elite branca, proprietária de escravaria, portanto capaz de postular uma data<sup>13</sup> e ali exercer a mineração oficial, sob os mecanismos vigentes que garantiam à Coroa seu quinhão. Destarte, a proibição e perseguição ao garimpeiro foi motivada pelo aspecto econômico-monopolista. Mas as restrições impostas pela administração da *Demarcação Diamantina* buscavam, ainda, “impedir, ante o excessivo afluxo de diamantes brasileiros na Europa, a queda dos preços no mercado internacional” (SOUZA, 2004, p. 55). Ao que tudo indica, além das questões fiscais, a coroa portuguesa buscava evitar uma derrama de diamantes no mercado internacional, ou seja, além de ganhar com tributos a Coroa buscava, também, especular com o comércio (FELÍCIO DOS SANTOS, 1976, p. 78).

Até então quaisquer restrições à atividade de extração do diamante passavam pelo viés econômico, ante uma visão colonialista de exploração dos recursos naturais a qualquer custo. Em nenhum momento eram levados em consideração aspectos ambientais.

Com o tempo o esgotamento dos depósitos diamantíferos foi inevitável. No início do século XIX os diamantes diminuíram e com eles a rigidez no controle da *Demarcação* (MACHADO FILHO, 1985, p. 21). Outrora perseguido e por vezes tolerado, o garimpeiro agora trabalha livre, dando continuidade a uma atividade já secular, cujas técnicas de extração utilizadas permaneceram relativamente as mesmas, por gerações, baseadas no trabalho braçal e utilização de instrumentos rudimentares, mas ainda funcionais. Do ponto de vista social e da ocupação da região, o garimpeiro agora fixa-se livremente nos povoados, vilas e roças espalhadas nos diversos grotões do Alto Jequitinhonha, reproduzindo cultural e economicamente os meios de vida, tal qual nos primórdios da ocupação no século XVIII. Este processo consolida a territorialidade invocada ao *homo garimpeirus*.

O garimpeiro tradicional do Alto Jequitinhonha, via de regra, vive na área rural e tem baixa instrução escolar. Desconfiado de tudo e de todos, assim como no período colonial, embora livre, o garimpeiro é prisioneiro de sua origem: um excluído. Sua atividade econômica não se resume exclusivamente ao garimpo de diamantes: dedica-se à extração

---

<sup>12</sup> Garimpo é o depósito de pedras preciosas, semi-preciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, existentes em aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), nos vertentes e altos de morros. Conforme CARVALHO, Carlos Gomes de. *Dicionário jurídico do ambiente*. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

<sup>13</sup> Jazida ou mineração de ouro ou de pedras preciosas, conforme o Dicionário Aurélio Eletrônico, edição século XXI. Segundo SOUZA, op. cit. p. 100, citando Waldemar de Almeida Barbosa, “as datas seriam concedidas conforme o número de escravos que cada um possuísse, donde parece ficar descartada a possibilidade, para o homem livre pobre, de possuir lavra sua”.

de cristal-de-quartzo; colhe flores e botões silvestres, especialmente a sempre-viva (*Paepalanthus sp*); mantém roça; corta madeira para carvão e outros usos; cria bovinos, eqüídeos e muars. Alguns têm facilidades na cidade para uma temporada com trabalho fichado (com carteira assinada) e, não raro, deixam a terra para “garimpar” em outra região, ou mesmo buscar um bom emprego nos grandes centros, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Os que foram e retornaram costumam contar a mesma história: sem qualificação acabaram subempregados; engrossaram favelas, seguiram marginais. Mas não deixaram de alimentar o sonho atávico: bamburrar no garimpo.

A atividade garimpeira em geral acompanha o regime das chuvas: de outubro a março, época das águas, o garimpeiro se dedica a roça e outras atividades rurais. De abril a setembro, época da seca, retoma o garimpo de diamantes. Além de Minas Gerais, existe extração de diamantes nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Piauí, Roraima, Paraná e Rondônia .

Na década de 1840 o diamante é descoberto na Bahia (Chapada Diamantina), para onde afluiu grande contingente de garimpeiros da região do Alto Jequitinhonha. No final do século XIX o diamante é descoberto na África do Sul, o que gera uma verdadeira revolução no comércio internacional do diamante e faz os preços da gema despencarem no Brasil. A atividade sofre um grande revés e, na segunda metade do século XX, com o diamante cada vez mais escasso e com preços menos atraentes, o garimpeiro sofisticava as técnicas: entra em cena potentes dragas equipadas com motores à diesel, acomodados em balsas flutuantes, impulsionando bombas conectadas a uma rede de tubos e mangueiras de quatro, cinco e seis polegadas. A mecanização tende à superação das diferenças, conforme Sorre, onde o trabalho pesado fica para as máquinas e o homem torna sua controladora (2002, p. 61). O trabalho diário de uma destas dragas equivalia a várias semanas de trabalho manual de uma turma de garimpeiros tradicionais. A introdução deste maquinário na extração do diamante descaracterizou a atividade garimpeira, que, não obstante, continuou sendo considerada garimpo, ao que preferimos denominar garimpo mecanizado, para distinguir do garimpo tradicional (manual). O garimpo mecanizado foi catastrófico para as coleções hídras na região do Alto Jequitinhonha.

Miranda considera três características no garimpo de diamantes: a atividade manual, empreendida nos leitos dos rios, planícies inundadas e lugares mais elevados; a atividade mista, com a utilização de técnicas manuais associadas a dragas, jatos de água, balsas, tratores e pás mecânicas, embora a apuração final seja manual; e aquela utilizando balsas, caracterizando uma atividade completamente mecanizada, e menos comum: uma quase mineração (1997, pp. 14 e 15).

A diferença entre o garimpo tradicional e o mecanizado é de extrema importância na caracterização do garimpeiro enquanto população tradicional ou culturalmente diferenciada. Comparando a mineração ao universo empresarial, o garimpo mecanizado equivale a uma micro-empresa de mineração, funcionando informalmente; enquanto que o garimpo tradicional faz do garimpeiro um camelo da mineração.

O antagonismo entre garimpo tradicional e mecanizado pode ser entendido como uma sofisticação da técnica de extração do diamante. Mas tem por trás, como salienta Miranda, uma busca desenfreada por maiores lucros, representado por enxerto de capital extra-garimpeiro. Capital este que financia maquinário por interesse dos próprios fabricantes, e, por fim, pelo surgimento de “empresários do garimpo”: uma combinação de pessoas não garimpeiras (próximas ou distantes), mas capitalizadas, dispostas a arrematar e financiar os garimpeiros, essencialmente descapitalizados, mas conhecedores da dinâmica da extração e das lavras, dividindo com eles a produção, via de regra com mais vantagens aos sócios capitalistas (1997, p. 38).



Geralmente os garimpeiros trabalham associados em equipes de 4 a 6 companheiros, dependendo do tamanho da lavra (quando tradicional) e da bitola da draga (quando mecanizada). Por vezes preferem o trabalho solitário enquanto experimentam um novo *prumo*. O garimpo é extremamente dinâmico, quer pela localização, quer pelo elemento humano. Estão constantemente em movimento, sempre buscando uma cata mais promissora. Raramente ficam num mesmo lugar por mais de dois ou três meses. Disso resulta – em parte – a dificuldade das autoridades ambientais em fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental, tal qual, por vertentes distintas, a dificuldade da Coroa Portuguesa em reprimir a atividade garimpeira nos tempos da *Demarcação*.

A nova Constituição da República, em 1988, reconheceu a figura do garimpeiro, garantindo-lhe presença em dois artigos do texto constitucional: num artigo procura estimular o trabalho do garimpeiro de forma associativa<sup>14</sup>, determinando ao Estado o favorecimento da atividade em cooperativa, levando em conta a proteção do meio ambiente<sup>15</sup>. Em contrapartida o parágrafo 2º do artigo 225 da Carta Magna impôs restrições à atividade garimpeira capazes de inviabilizá-la<sup>16</sup>.

Em 1989, desdobramentos legais de natureza ambiental decretam o fechamento sumário dos garimpos de diamante na região do Alto Jequitinhonha. Para conter os ânimos do contingente garimpeiro, garantir a ordem e o cumprimento da lei fez-se necessário a presença de efetivos da Polícia Federal e do Exército, transformando a região numa praça de guerra. A atividade garimpeira, originária da transgressão da ordem monopolista Real do passado, torna-se proscrita em virtude da legislação ambiental no presente: mais uma vez clandestino, o garimpeiro resiste à desterritorialização.

Em 1998 o governo do Estado de Minas Gerais instituiu<sup>17</sup> a Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes, uma Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável<sup>18</sup>, com uma área de 76.310 hectares, abrangendo micro-bacias de coleções de água que pertencem às bacias hidrográficas dos rios federais Jequitinhonha e Doce, estendendo-se sobre áreas de sete municípios<sup>19</sup> localizados na região do Alto Jequitinhonha. Os objetivos da APA são<sup>20</sup>: (i) promover a recuperação das áreas degradadas; (ii) proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; (iii) promover e estimular programas de educação ambiental; (iv) promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região; (v) promover, desenvolver e ordenar o ecoturismo regional.

Até ao presente momento a APA é uma abstração legal, com pouca eficácia na vida da população intra unidade.

## **1.2. Problema**

Não obstante as restrições legais que inviabilizam o garimpo e as dificuldades na fiscalização da atividade, o garimpo não é uma atividade do passado: ela sobrevive e com

---

<sup>14</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 21, inciso XXV.

<sup>15</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 174, § 3º.

<sup>16</sup> Constituição Federal de 1988, artigo 225, § 2º: Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

<sup>17</sup> Decreto 39.399, de 21 de janeiro de 1998. A APA está sob a administração do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF-MG. Pelo que se tem notícias, esta UC, como muitas outras, permanece uma abstração no papel.

<sup>18</sup> Lei 9.985, de 18 de Julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, artigo 15.

<sup>19</sup> Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas.

<sup>20</sup> Decreto 39.399/98, artigo 2º, incisos I ao V.

ela o potencial poluidor nas coleções hídricas. Aqueles garimpeiros eventualmente flagrados na atividade, sem a devida licença, especialmente nos limites da APA, podem responder por crime ambiental, nos termos da Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/98). Ou seja, pelo só efeito da lei o garimpeiro torna-se mais uma vez criminoso.

Esta relação perversa entre lei e tradição, resultado de um processo histórico de três séculos, reside em duas vertentes: a sócio-econômica e a ambiental. Na vertente sócio-econômica está o elemento humano: o garimpeiro, figura simples, historicamente tecida pela combinação de resistência à opressão, pela busca por riqueza incomensurável e pela sobrevivência num meio agreste a qualquer custo. O garimpo exerce um fascínio por riqueza e domina o imaginário desta gente, simbolismo reproduzido geração após geração. O garimpeiro vive permanentemente iludido pelo sonho da fortuna. Os diamantes que encontra (quando encontra) acabam nas mãos de uma cadeia de atravessadores: falta-lhes expressão e mobilidade para distanciar-se da praça de trabalho e negocia-los em melhores condições. Fora este aspecto, a necessidade por dinheiro imediato para pagar as contas sempre pendentes é uma constante. Quando bamburra gasta tudo em farras, bebidas ou mulheres. Os mais espertos, que são raros, conseguem manter e reproduzir a fortuna (MACHADO FILHO, *op. cit.* p. 16). Economicamente o garimpeiro não encontra em sua atividade garantias para uma vida digna, como não encontra o jogador contumaz no cassino ou no bingo. No fundo o garimpeiro é um personagem manipulado pelas elites locais, subservientes à poderosa indústria internacional do diamante.

Na vertente ambiental a situação do garimpeiro é mais dramática. A atividade a que se dedica acaba por destruir o meio onde vive na medida em que intervém diretamente nas coleções hídricas e suas margens imediatas, especialmente com o garimpo mecanizado. E vai além: uma praça de garimpo requer madeira - já escassa desde o século XVIII (SOUTHEY, 1981, V. III, p. 448; PÁDUA, 2002, p. 115) - para a construção de ranchos, para lenha e para escoramento de mangueiras e das barrancas. Esta madeira é indiscriminadamente extraída dos lugares mais próximos, seja das margens dos córregos e rios, seja nas matas junto às nascentes e onde mais estiver disponível, sem qualquer observação do bom senso, da propriedade ou da legislação<sup>21</sup>. A supressão da vegetação ciliar que protege as margens de córregos e rios acaba por comprometer ainda mais as já destruídas coleções hídricas, num círculo vicioso, cuja tragédia é conhecida: erosão, assoreamento e seca. Muitas comunidades distantes quilômetros à jusante dos garimpos ressentem a qualidade das águas, remexidas e saturadas por matéria orgânica, que lhes conferem coloração e odor desagradáveis e implicam elevados custos no tratamento da água para consumo humano.

A tentativa de banir o garimpo em 1989 deslocou parte da mão-de-obra garimpeira para outras atividades igualmente poluidoras. Entre elas o abate indiscriminado da candeia (*Gochnatia Polymorpha*), espécie da flora nativa, abundante na região, especialmente nas cabeceiras dos rios. Imaginou-se que a candeia destinava-se a moirões de cerca e carvão, devido às características do corte, mas logo descobriu-se que era matéria prima para a extração de um óleo, cujo destino era a indústria farmacêutica internacional. Uma usina de extração de óleo foi reconhecida em Morro do Pilar, distante cerca de 200 km. de Diamantina (SATHLER, 2003, pp 16, 242 e 243)<sup>22</sup>.

Outro fenômeno encontra-se diretamente ligado ao problema do garimpo: a fuga dos jovens<sup>23</sup> das comunidades em direção a Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Decepcionados com o garimpo e demais ofertas de trabalho e insuficientes oportunidades de formação escolar básica na região acabam atraídos por outra ilusão: a de uma vida melhor

---

<sup>21</sup> As florestas e demais formas de vegetação natural das margens de córregos e rios é considerada área de preservação permanente, pelo só efeito da lei, conforme o artigo 2º do Código Florestal, Lei 4.771/65.

<sup>22</sup> Texto deste autor, intitulado *SOS Jequitinhonha*, encontra-se disponível em [www.geocities.com/Baja/3224](http://www.geocities.com/Baja/3224)

<sup>23</sup> 16 a 20 anos de idade.

nos grandes centros metropolitanos. Esta desagregação social vem causando um impacto social digno de atenção.

### **1.3. Problematização**

Diamantina é o principal município e centro regional do Alto Jequitinhonha: é o portal do Vale do Jequitinhonha<sup>24</sup> e Patrimônio da Humanidade. A cidade está localizada poucos quilômetros do divisor de águas da Serra do Espinhaço (correndo no sentido sul-norte), que separa as bacias do rio Jequitinhonha (leste) e do rio São Francisco (oeste)<sup>25</sup>. Os garimpos, áreas garimpadas ou garimpáveis estão por toda a parte e têm importância econômica que perdura desde o período colonial.

A atividade garimpeira sempre foi, tradicionalmente, manual. Mas a introdução de maquinário descaracterizou a atividade, aumentando a capacidade de chegar mais fundo nos leitos dos córregos e rios, ou desbarrancar as margens com mais agressividade. A destruição do cursos d'água já era um fenômeno verificado por observadores desde o final do século XVIII (PÁDUA, 2002, pp 113 e 114). As técnicas modernas multiplicaram a capacidade de destruição.

Não obstante o Decreto que instituiu a APA das Águas Vertentes no Alto Jequitinhonha, exigências impostas pela legislação ambiental demandam do garimpeiro uma licença para garimpar, atrelada a um plano de recuperação da área degradada. Na prática isto não funciona, ou funciona muito mal, pois o Poder Público tem dificuldades para acompanhar e fiscalizar a atividade, especialmente por seu dinamismo e extensão da região. Se o garimpeiro sem sorte não encontra diamantes suficientes para bancar suas despesas, como poderá custear a recuperação da área degradada? E quem planeja a recuperação e a implementa? A quem cabe fiscalizar tal recuperação?

No meio deste paradoxo, entre uma atividade econômica não sustentável e a proteção ambiental via Unidade de Conservação (APA das Águas Vertentes), está a população garimpeira tradicional e seu histórico de sobrevivência baseado na exploração dos recursos naturais. Que atividades sustentáveis seriam capazes de eliminar o atavismo do bamburro ou a idéia de fortuna repentina no garimpo? Como fiscalizar a atividade garimpeira? Como recuperar córregos e rios após tantas décadas de destruição? O que verdadeiramente se entende por educação ambiental numa região onde as escolas estão situadas dezenas de quilômetros da clientela? Que ecoturismo regional é este que se pretende ordenar com a APA? São algumas das perguntas carentes por respostas.

O presente projeto de pesquisa pretende explorar o universo garimpeiro em face da desterritorialização a ele imposta, em busca de respostas para alguns dos questionamentos acima explicitados, contrapondo o vício do garimpo com a proteção ambiental. Uma busca por entendimento, por orientação, por alternativas de ordenamento territorial sustentável, onde a sobrevivência econômica da população seja possível, sustentada, associada à recuperação de áreas degradadas.

Para o garimpeiro a lei tem pouca relevância: é sua histórica inimiga. Resistir à opressão da ordem estabelecida faz parte da sua tradição. Ele surgiu desta combinação. Como intervir e ordenar o território neste histórico processo de destruição? Como caracterizar o garimpeiro uma população tradicional ou culturalmente diferenciada e ao mesmo tempo afasta-lo da tradição e da ilusão do diamante? Que alternativas econômicas de sustento seriam possíveis para ocupar este personagem e garantir uma vida digna para si e sua família? Como exigir das autoridades o cumprimento da legislação ambiental e ao

---

<sup>24</sup> também conhecido como Vale da Miséria.

<sup>25</sup> O ponto mais alto do Espinhaço é o Pico do Itambé, com 2002 m., curiosamente localizado fora da cumeeira do espinhaço. Nas faldas do Itambé nascem os rios Jequitinhonha e Araçuai, além de tributários do Rio Doce.

mesmo tempo evitar um conflito de proporções ainda maiores? Como implementar os objetivos da APA das Águas Vertentes?

Nesta perspectiva, a proteção ambiental desejada pela sociedade através da APA das Águas Vertentes, uma “*Demarcação Ambiental*”, torna-se um grande desafio.

## 2. OBJETIVOS

*Sempre por caminhos pouco descobertos, por serras mui formosas que não têm conta e tantos rios, que em partes, no espaço de quatro ou cinco léguas, passamos cinqüenta vezes contadas por água e muitas vezes, se me não socorressem, me haveria afogado.*

Francisco B. de Espinoza<sup>26</sup>

A proposta desta pesquisa é mergulhar no universo histórico e cultural do garimpeiro tradicional do diamante no Alto Jequitinhonha, examinando o conflito de territorialidades entre este personagem e a conservação ambiental pretendida pela Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes.

Num primeiro momento a pesquisa está ocupada em delimitar uma porção territorial correspondente à sobreposição de duas territorialidades, compreendida pela interseção entre a antiga Demarcação Diamantina (1734 e 1739) e a atual Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes (1998). Esta área escopo – um enclave histórico-ambiental - é aqui proposto como Zona de Especial Interesse Histórico-Ambiental – ZEIHA, local em que se concentrarão os esforços na caracterização da População Tradicional Garimpeira do Alto Jequitinhonha (o *locus do homo garimpeirus*).

O estudo pretende explorar na ZEIHA o antagonismo entre os aspectos poluidores do garimpo e a legislação ambiental em geral e, especificamente, a iniciativa pró-conservação ambiental proposta pela APA. Como resultado pretende apontar subsídios metodológicos para a instituição da Zona de Especial Interesse Histórico-Ambiental - ZEIHA, compreendendo a população nela inserida como merecedora de atenção especial, sujeito e não objeto do processo da conservação ambiental pretendida.

### 2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é identificar, entre outros, elementos históricos, legais, sociológicos e econômicos da atividade garimpeira na população radicada nos limites da ZEIHA, capazes de caracterizar tal contingente humano uma “população tradicional” ou “culturalmente diferenciada”. Esta identificação é proposta como uma Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes. Caracterizada uma População Tradicional, a investigação pretende apontar alternativas econômicas sustentáveis para minimizar os efeitos da exclusão social (ou da desterritorialização/destraditionalização) gerada pela inviabilidade da atividade garimpeira. A pesquisa pretende diagnosticar o grau de intervenção (passada e presente) da atividade garimpeira nas coleções hídricas, em contraponto com os objetivos, medidas, restrições, proibições e demais disposições impostas pela Constituição Federal de 1988, legislação infra-constitucional e aquelas disposições especificadas na instituição da APA das Águas Vertentes. Este diagnóstico visa subsidiar as autoridades, ONGs, Universidades e setor produtivo no planejamento e execução de planos, projetos e demais iniciativas de

---

<sup>26</sup> Referindo-se, ao que se supõe, à região do Alto Jequitinhonha, numa primeira entrada, ainda no Século XVI. *Apud* Capistrano de Abreu, Caminhos antigos e povoamento do Brasil, s/l. Livraria Briguier, 1960, p. 175 e 176

desenvolvimento sustentável, tanto para a APA quanto para o Alto Jequitinhonha como unidade de planejamento.

Sob esta ótica visualiza-se a criação de algum mecanismo de *compensação cultural* – em moldes semelhantes ao da compensação ambiental prevista na legislação – haja vista a ruptura imposta à população garimpeira pela proibição desta atividade. Esta compensação pode se dar com a criação de postos de trabalho permanente, como *frentes de trabalho*, ou com a concessão de uma *bolsa ambiental*, onde as pessoas contempladas estariam dedicadas na recuperação de áreas degradadas, reflorestamento e demais necessidades da APA, sob orientação do órgão gestor da APA. Esta iniciativa poderá ser financiada com recursos públicos ou pelos municípios à jusante, na qualidade de maiores interessados na qualidade da água que chega aos seus territórios provenientes do Alto Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha pode ser aqui entendido para além do conceito de bacia hidrográfica e sim como território do diamante, abrangendo, desta forma, sub-bacias que vertem para o rio São Francisco.

## **2.2. Objetivos Específicos**

No curso da investigação pretende-se elaborar um mapa temático da ZEIHA, servindo-se de conhecimentos de cartografia e georreferenciamento, mantendo em mente uma nova abordagem cartográfica, acentuada por Bonnemaïson, “onde o campo cultural vivido pelos grupos humanos e cujo objeto seria constituído pelo desenho no solo de suas diversas territorialidades (2002, p. 125). Os elementos que se pretende mapear constituem, sem sombra de dúvida, marcas humanas na paisagem natural, por conseguinte, a paisagem cultural, tão cara para a geografia cultural, e que se manifestam nos objetivos específicos da pesquisa, e devem servir como subsídios no planejamento territorial e gestão da APA, sendo: (a) as lavras de diamantes - recentes e antigas; (b) as áreas degradadas (cursos d’água e suas margens imediatas), seja pelo garimpo ou outras atividades; (c) sítios arqueológicos por ventura existentes, cachoeiras, açudes, lapas, grutas e outras áreas de interesse ecoturístico; (d) comunidade quilombola (descendente ou remanescente desta); (e) tipos de vegetação, elevações, nascentes e cursos d’água em geral; (f) povoados e vilas, fazendas, sítios, chácaras e outras moradias; (g) produção agrícola e artesanal; (h) malha rodoviária, trilhas e caminhos; (i) outras informações que contribuam no ordenamento do turismo, mormente o projeto da Estrada Real.

## **3. RELEVÂNCIA E VIABILIDADE**

...um país é um ventre no qual as sementes adormecidas da vida foram semeadas pela natureza, mas no qual seu crescimento e uso dependem do homem.

VIDAL DE LA BLACHE<sup>27</sup>

Boa parte das informações aqui apresentadas são fruto da observação empírica, da experiência de convívio deste autor com a região por mais de vinte anos. Tal aspecto – *per se* - facilita o trânsito cultural da pesquisa e a obtenção de informações.

A proposta encontra-se em consonância com os objetivos do Programa de Pós Graduação em Geografia – POSGEO/UFF. Uma das metas do programa é compreender a diversidade geográfica, seja por uma faceta epistemológica - na medida em que busca caracterizar uma *Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes*; seja na exploração de novas

---

<sup>27</sup> 1903 *apud* COSGROVE, 2003, p. 106

abordagens para conceituar e reconhecer efetivamente uma População Tradicional através de uma metodologia geográfica. Nesta perspectiva de reconhecimento de uma População Tradicional (ou uma população culturalmente diferenciada) e sua relação com uma *Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes* a pesquisa transita pela geografia humana/cultural, invocando outras disciplinas das ciências sociais, especialmente o direito, a história e a antropologia, caracterizando uma interdisciplinariedade.

A região do Alto Jequitinhonha registra uma ocupação historicamente voltada para o extrativismo mineral, predatório sob uma perspectiva atual. A pessoa humana, no contexto histórico da mineração, era apenas mão-de-obra desclassificada. Para superar tal condição no presente, faz-se necessário elevar a pessoa humana como sujeito de uma nova ocupação do espaço, evidenciando alternativas sustentáveis de ocupação sócio-econômica numa área decretada Unidade de Conservação. Trata-se de valorizar o elemento humano e o meio ambiente como faces da mesma moeda.

Os resultados que se pretende obter com esta investigação podem ser de grande relevância para o Poder Público, ONGs, Universidades e para a própria população intra APA, pois busca conhecimentos pró-ativos na intervenção sobre a realidade. Tais conhecimentos estarão disponibilizados para subsidiar a elaboração de projetos, planejamento e ordenamento da ocupação territorial da APA, mormente a recuperação das coleções hídricas. Neste sentido a qualidade da água é condição de sobrevivência dos homens, da fauna e da flora, sendo, ademais, elemento imprescindível para a estabilidade social e o desenvolvimento econômico (GRANZIERA, 2001, p. 44), o que faz da água o recurso mais importante do mundo e essencial para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável (BIANCHI, 2003, V. II, p. 231).

Existe uma infinidade de nascentes e pequenos cursos d'água na ZEIHA, todos vertendo para o rio Jequitinhonha, cuja bacia hidrográfica abrange uma área do tamanho da Suíça e influi na vida de quase um milhão de almas. Pelas características históricas e sob o jugo da mineração, o rio Jequitinhonha pode ser considerado um dos rios mais castigados do país. E por localizar-se numa região considerada pobre, não recebe das autoridades a atenção como outros rios que correm por regiões mais prósperas do país, ou que freqüentem a mídia, como o "Velho Chico" e a questão de sua transposição. Deve-se considerar bem vinda qualquer iniciativa que aborde a recuperação/revitalização das coleções hídricas do Alto Jequitinhonha.

A importância hídrica da região do Alto Jequitinhonha não se resume na instituição de uma Unidade de Conservação, *in casu*, uma APA. A dimensão da APA (+ de 76.000 ha.) abarcando tantos municípios demonstra a importância que as águas têm na região, e não sem efeito a Área de Proteção Ambiental em foco leva o nome de *Águas Vertentes*.

O Governo de Minas Gerais, através do órgão gestor da APA, o Instituto Estadual de Florestas - IEF-MG, pelo que se tem notícia até a presente data, não implantou a APA nos termos da lei, o que corrobora na relevância da presente iniciativa, haja vista que os resultados da pesquisa estarão disponibilizados aos interessados.

No âmbito das iniciativas da sociedade civil vale destacar a ONG FUNIVALE<sup>28</sup>. Esta organização tem propostas baseadas no oferecimento de alternativas profissionais aos jovens engajados na escola<sup>29</sup>, com o oferecimento de cursos profissionalizantes e bolsas custeadas por parceiros europeus. Alguns projetos implementados apontam para a

---

<sup>28</sup> formalmente ASSOCIAÇÃO PRÓ-FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO VALE DO JEQUITINHONHA, fundada em 1989, com sede no Distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras (Serro – MG), da qual este proponente é, atualmente, assessor jurídico voluntário.

<sup>29</sup> Esforços empreendidos pela FUNIVALE e seus parceiros reformaram a Escola Estadual Mestre Virgínia Reis, em São Gonçalo do Rio das Pedras (Serro), permitindo que esta unidade oferecesse o segundo grau, tornando-se a primeira escola estadual de Minas Gerais, localizada num distrito rural a oferecer o ensino secundário.

eficiência da proposta e da metodologia. Entre eles destaca-se o Terra Mãe<sup>30</sup> e o Berço da Flora<sup>31</sup>. Existem diversas outras iniciativas<sup>32</sup> em diferentes segmentos, todas buscando a fixação das pessoas na região, com trabalho digno e garantia de acesso aos bens sociais.

A FUNIVALE pode tornar-se um parceiro importante na absorção dos subsídios gerados pela presente proposta de investigação, vez que o *Projeto Berço da Flora*, já em execução, produz essências nativas da região e podem ser utilizadas na recuperação de áreas degradadas, ampliando a viabilidade do presente projeto de pesquisa.

O meio acadêmico de Diamantina e Serro, por sua vez, vem crescendo. Foi recentemente inaugurado o campus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, que, juntamente com a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, em Diamantina, oferecem os cursos de Música, Matemática, Filosofia, Letras, Pedagogia, História, Direito, Odontologia, Nutrição, Enfermagem, Fisioterapia, Agronomia, Zootecnia, Engenharia Florestal, Farmácia, entre outros em estudo; e a PUC, em Serro, oferece os cursos de Administração de Empresas e Direito. Prevê-se um contingente de 15.000 estudantes em Diamantina quando todos os cursos estiverem em plena atividade. Isto coloca cada vez mais pesquisadores em contato com um ambiente fértil para pesquisas.

Um grupo de pesquisa poderá ser criado junto ao meio acadêmico local para envolver mais pesquisadores de graduação e pós graduação na coleta e processamento das informações propostas neste Projeto de Pesquisa.

#### 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Claval<sup>33</sup>

O mergulho proposto na atividade garimpeira tradicional, responsável pela extração de diamantes no Alto Jequitinhonha há três séculos, como linha mestre deste projeto de pesquisa, recomenda a exploração de alguns referenciais teóricos, conceitos que devem ser abordados e, no decorrer da investigação, aprofundados. O primeiro destes conceitos é o da *territorialidade*, abordada neste contexto como gênero; e *desterritorialidade* (ou destradicionalização) e *reterritorialidade* como espécies. Outro conceito é o de População Tradicional, igualmente pensado através do território e, especialmente, pelos aspectos culturais, mais que por uma vertente das relações da população com a conservação/preservação do meio ambiente. Tanto o meio ambiente (artigo 225) como a cultura (artigo 215) são bens protegidos constitucionalmente e não se encontram em qualquer base hierárquica. Na análise e cruzamento de cultura e territorialidade visualizamos uma Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes no Alto Jequitinhonha.

O território existe em função da existência de uma cultura (BONNEMAISON *apud* ROSENDAHL, 2003, p. 187), em outras palavras, o território é a base de uma cultura.

<sup>30</sup> Uma escola de agricultura orgânica, funcionando em área própria, o prédio “Paulo Freire”, construído com recursos da Fundação Vitae, e atrelada à Escola Estadual Mestre Virgínia Reis, reformada com recursos obtidos pela FUNIVALE.

<sup>31</sup> Viveiro de essências nativas da região, funcionando na sede da FUNIVALE, Casa Guimarães Rosa, produzidas a partir da dinâmica do Projeto Terra Mãe, e que já vem disponibilizando milhares de mudas a prefeituras e fazendeiros interessados na recuperação de áreas degradadas.

<sup>32</sup> Também sobre a colaboração da FUNIVALE foi implantado no distrito sede o primeiro telecentro rural da região, com acesso a internet 24 h. via satélite.

<sup>33</sup> 1999, p. 63

Envolve sempre e concomitantemente uma dimensão simbólica e cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelo grupo social (HAESBAERT, 2001, p. 120). Dessa relação subsume-se a territorialidade, que, grosso modo, liga uma população a um território através de um processo subjetivo de conscientização (CORRÊA, 1994). A territorialidade, sob outra ótica, é a tentativa de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, por indivíduos ou grupos, por via da delimitação e afirmação de controle sobre uma área geográfica (SACK *apud* HAESBAERT, 2002, p. 133; RAFFESTIN, 1993 *apud* COSTA, 2005, p. 85).

A territorialidade será sempre a relação de um indivíduo ou grupo (população) em face de um território (uma área geográfica) através de suas práticas culturais (COSTA, 2005, p. 93), ou seja, será sempre cultural a relação entre o ser humano e o espaço. Existem algumas formas para definir cultura. Gomes indica que cultura é um “conjunto de práticas sociais generalizadas em determinado grupo”, e que leva este grupo a forjar uma imagem de unidade e coerência interna. Estas práticas exprimem os valores e sentidos vividos por um certo grupo social e a delimitação de suas diferenças em relação a outros grupos culturais. A cultura, desta forma, corresponde a um conjunto de atitudes, pouco ou nada ritualizadas, através das quais se estabelece uma comunicação entre os membros do grupo (2001, p. 93). Por este viés cultural, portanto, a atividade garimpeira e sua histórica ligação com o território do diamante (Alto Jequitinhonha) se dá numa base cultural, que, em parte, manifesta-se numa atividade econômica enraizada há três séculos. Por outra ótica, é possível postular por uma *territorialidade garimpeira*, vez que existe, efetivamente, uma população identificável (*homo garimpeirus*) que se vincula historicamente a uma determinada área geográfica (o território do diamante do Alto Jequitinhonha), por um lapso temporal de quase três séculos, em virtude de uma atividade econômica (a extração do diamante). Seria uma população residual, que sobrou do passado, vinculada a uma determinada atividade histórica (COSGROVE, 1998, p. 105) e que hoje encontra-se em processo de extinção em virtude de demandas conservacionistas do meio ambiente. Em síntese existe uma relação intrínseca entre a presença do mineral (diamante) numa determinada região e a existência de uma população voltada para a atividade de extração deste mineral, radicada nesta mesma região e socialmente enraizada por longo tempo.

Da tríade relação entre território + atividade econômica + população garimpeira é que se sustenta a territorialidade garimpeira proposta. Há uma construção simbólica e cultural edificada por três séculos nesta relação território-atividade econômica-população. A atividade garimpeira tradicional, em comento, é territorializada, conforme Haesbaert, na medida em que a efetivação da atividade econômica depende de uma localização específica, ou seja, está fundada em recursos existentes naquele lugar e não disponíveis em quaisquer outros lugares ou que possam ser criados ou imitados em outros locais em que estes recursos não existam (2002, p. 130). A atividade de extração do diamante é uma atividade econômica que objetiva, como recurso natural, o diamante. Mas não se resume nisto. Esta atividade, cuja prática envolve um conjunto de saberes, apreendido por um determinado grupo sócio-cultural, ou seja, o conjunto de pessoas que se especializou nesta atividade por longo tempo, acaba por envolver outras atividades necessárias à sobrevivência na região. O território do diamante está associado à idéia de conservação cultural no Alto Jequitinhonha, pois este território é a base física, o meio natural de uma atividade principal (o garimpo de diamantes), mas não se pode desprezar o conjunto de outras atividades diretamente ligadas à extração do diamante; e uma grande quantidade de outras atividades diretamente ligadas à reprodução da vida do grupo garimpeiro (BONNEMAISON, 2002, p. 111).

A prática cultural da extração do diamante culmina numa relação dialética em face da utilização dos recursos naturais, sendo a base para o estudo da paisagem em geografia (COSGROVE, 2003, p. 107). A busca pelo diamante, seja na atividade tradicional, seja na atividade mecanizada, causa incontestável impacto sobre o meio ambiente (em maior escala pela atividade mecanizada). Esta relação de causa e efeito permite afirmar a existência de um conflito de territorialidade: de um lado a territorialidade garimpeira representada pela



histórica atividade de extração do diamante; de outro uma “territorialidade ambiental” (entendida como a necessidade de conservação de determinada área em virtude de lei ou decretação de Unidade de Conservação). Noutra leitura é possível analisar uma desterritorialização do garimpeiro, consubstanciada na negação da atividade garimpeira em detrimento da conservação ambiental postulada por lei e/ou Unidade de Conservação. A *territorialidade ambiental* ou *desterritorialização do garimpeiro* assenta-se, portanto, na incompatibilidade de uso dos recursos naturais.

A atividade garimpeira – extrativista – serve-se de recursos minerais não renováveis, com variadas escalas de impacto e degradação sobre o meio ambiente, diretamente sobre o solo e os cursos d’água, e indiretamente sobre flora e fauna. Já a APA das Águas Vertentes pretende justamente a proteção dos solos, da flora e da fauna, incluindo-se a recuperação de áreas degradadas, além de proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, entre outras pretensões (Decreto Estadual MG nº 39.399, de 21 de janeiro de 1998). Não há dúvida sobre a incompatibilidade de usos dos recursos naturais entre o garimpo e a APA, como não resta dúvida a necessidade de conservação ambiental da APA. Motivo pelo qual a APA objetiva uma intervenção sobre o meio ambiente que seja sustentável, justamente oposta ao garimpo que não se dá sob uma plataforma sustentável. Entre as duas territorialidades – garimpeira e ambiental – esta tem preferência sobre aquela, haja vista beneficiar uma população imensamente maior do que a população garimpeira na região, que, conforme Berque, acaba por eliminar cada vez mais a ingerência desta população sobre o ambiente em que vive (1998, p. 90).

A desterritorialização garimpeira pode ser entendida, também, como um desaparelhamento, ou melhor, uma incompatibilização da atividade econômica extrativista, em virtude da lei. Isto sugere o que Haesbaert considera uma perspectiva economicista da desterritorialização. Citando Storper ele afirma que há um “enfraquecimento da atividade econômica específica de um local” (2002, p. 130), que, no caso em tela, se dá em razão da incompatibilidade desta atividade econômica (extração do diamante) com a conservação ambiental postulada pela legislação e pela APA.

Ainda no entendimento da relação territorialidade e desterritorialização, não se vislumbra a remoção da população do território em questão. Trata-se apenas da negação da territorialidade inicial, ou seja, vincula-se simplesmente ao impedimento de determinada atividade econômica tradicional neste território em virtude de uma demanda ambiental, mais recente e específica: uma desterritorialização ambiental *stricto sensu*.

Cosgrove indica que os grupos atribuem significados a lugares e paisagens como elemento integrante de uma ampla identidade (no caso em tela a identidade garimpeira). Tal identidade é compartilhada e freqüentemente atravessa linhas de classe (2003, p. 114) e seria razoável acrescentar que também atravessam o tempo. A identidade, segundo Castells, é um processo de construção social sustentada por atributos culturais e, neste sentido, existem pelo menos três formas de construção da identidade: (i) a identidade legitimada, sendo aquela introduzida pelas instituições dominantes na sociedade; (ii) a identidade de resistência, sendo aquela caracterizada pela oposição às instituições dominantes; (iii) a identidade projetada, sendo aquela construída pelos atores sociais como redefinição de uma nova identidade (*apud* GIL & GIL FILHO, 2001, p. 49). Na seqüência da desterritorialização ambiental, como proposto, a população historicamente envolvida na atividade de extração do diamante, cujas raízes culturais estão identificadas e intimamente voltadas para esta atividade, por quase três séculos, repentinamente se encontra culturalmente desterritorializada. O território do diamante, que é “fonte de identificação cultural, referência simbólica que perde sentido e se transforma em um não lugar” (HAESBAERT, 2002, p. 131), acaba controlado, tornando inviável determinada atividade ou proibindo-a sumariamente. Esta desterritorialização cultural é o contraponto central na caracterização da Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes.

A territorialidade garimpeira e a desterritorialização ambiental possuem sujeitos dispostos antagonicamente, e que, a um tempo, se confundem. A territorialidade garimpeira tem por sujeito o simbólico *homo garimpeirus*, enquanto, a desterritorialização ambiental, que também pode ser entendida como uma reterritorialização, e, da mesma forma, uma reterritorialização ambiental, representada pela legislação ambiental/APA, tem por sujeito toda a sociedade, incluindo-se aí o próprio *homo garimpeirus*. Isto coloca este histórico personagem ao mesmo tempo em ambos os lados do conflito: ativo na territorialidade garimpeira e passivo na reterritorialização ambiental.

Estabelecidos os termos do conflito entre territorialidades, é necessário explorar o conceito de População Tradicional<sup>34</sup>, que é, em síntese, um termo impreciso, ou melhor, em construção (DIEGUES, 2002, p. 77; RODRIGUES, 2005, p. 134; SANTILLI, 2005, p. 125). Trata-se de um conceito explorado, principalmente, nas ciências sociais, em especial na antropologia. Mas é igualmente um termo caro para a sociologia e para o direito socioambiental.

A escola antropológica denominada Antropologia Neomarxista (ou Econômica) trabalha com o conceito de População Tradicional associado ao modo de produção e reprodução social. Segundo esta escola seria possível estudar por que algumas sociedades, explorando o mesmo ambiente degradam os recursos naturais e outras não. Seria possível – nesta linha de estudo – considerar “a organização social e os valores culturais os principais fatores responsáveis pela degradação do ambiente e não simplesmente a tecnologia” (DIEGUES, 2002, p. 77). Há uma tendência do marxismo em caracterizar a relação entre os seres humanos e a natureza como histórica (COSGROVE, 2003, p. 105), o que reforça a perspectiva do lapso temporal como uma espécie de cimento na relação população/território e, por sua vez, substanciar a existência de uma População Tradicional do Garimpo de Diamantes no Alto Jequitinhonha.

Há grande confusão conceitual no que tange a População Tradicional. Mas pelo menos dois elementos permeados no conceito são importantes na análise: território e cultura. A noção de território, por exemplo, pode ser entendida

“como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar” (DIEGUES, 2002, p. 84).

Esta “porção da natureza” ou “espaço” fornece, primeiramente, “a natureza do homem como espécie”, além dos “meios de subsistência”; “os meios de trabalho e produção” e “os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais”. Neste sentido, na idéia de território, subjazem tanto o meio físico quanto as relações sociais (DIEGUES, 2002, p. 84).

Cultura, como adverte Cosgrove, é um conjunto de práticas compartilhadas, que são comuns a um grupo humano diferenciado, práticas estas aprendidas e transmitidas através de gerações (1998, p. 101). Por outra via, “é uma chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens”. Tais diferenças e semelhanças se dão, via de regra, sobre uma base territorial, que considera a noção de cultura para além de indivíduos isolados ou características pessoais, “mas comunidades de pessoas ocupando um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo”, considerando ainda “crença e comportamento comuns aos membros de tais comunidades” (SAUER, 2003, p. 28). Há, conforme Sauer,

---

<sup>34</sup> Para efeito deste trabalho, engloba-se no conceito de População Tradicional, os conceitos de Cultura Tradicional, Sociedade Tradicional, Comunidade Tradicional, População Culturalmente Diferenciada, População Local, População Extrativista, Povo Tradicional, Comunidade Local etc...

“uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área”. Neste mesmo sentido é possível imaginar as pessoas associadas numa e para uma área, da mesma forma em que é possível imaginar estas pessoas associadas por descendência ou tradição (SAUER, 1998, p. 30). Sauer contribui para reforçar o conceito de População Tradicional como um grupo específico assentado culturalmente sobre uma base territorial por um tempo longo, no que resulta uma paisagem cultural, que é a ação de um grupo cultural sobre uma paisagem natural (SAUER, 1998, p. 59).

Em sociologia, à guisa de entendimento, o termo Comunidade Tradicional pode ser entendido como aquela comunidade “mais homogênea e resistente a novas idéias, menos tecnológica e menos dependente da mídia. Atribuem também valor mais baixo à alfabetização e escolaridade e valor mais alto à religião” (JOHNSON, 1995, p. 46). Já no direito o conceito de População Tradicional ainda ensaia os primeiros passos na formulação de uma definição que possa ser aceita juridicamente (SANTILLI, 2005, p. 125). A Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Lei 9.985/2000), que tramitou pelo Congresso Nacional por oito anos, foi sancionada pelo presidente da república com alguns vetos, considerados razoáveis (BARROS, SATHLER & CONCEIÇÃO, 2000). Entre os vetos está justamente o inciso XV do artigo 2º, que conceituava População Tradicional com o seguinte texto:

“grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável” (MERCADANTE, 2001, p. 207; SANTILLI, 2005, p. 126).

As justificativas para o veto, conforme a Mensagem nº 967/2000, alertavam para o fato que, “com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil” na conceituação de População Tradicional (SANTILLI, 2005, p. 126). O termo População Tradicional encontra-se disperso por todo o texto da Lei do SNUC, norteador sua aplicação e, sem uma definição exata do que venha a ser População Tradicional, torna-se praticamente impossível efetivar apropriadamente a lei (RODRIGUES, 2005, p. 133).

Destarte, a falta de definição legal do que venha a ser População Tradicional no âmbito do SNUC, embora possa dificultar sua boa aplicação concreta, não impede uma interpretação extensiva. E por ser um termo em construção, na verdade estimula abordagens conceituais para além da idéia conservacionista/preservacionista de utilização do meio ambiente, podendo compartilhar outras matrizes como a conservação/preservação cultural. Neste sentido são considerados População Tradicional não indígena<sup>35</sup>, os açorianos (Ilha de Santa Catarina), os caiçaras, os caipiras, os babaçueiros, os jangadeiros, os pantaneiros, os pastores, os pescadores, os praeiros, os quilombolas, os ribeirinhos amazônicos e não amazônicos, os sertanejos e os sitiantes.

Enquanto o termo não é pacificado no meio jurídico, parece-nos melhor parâmetro para definir População Tradicional o rol de características apresentadas por Diegues (2002, p. 89), que não se vinculam exclusivamente a aspectos conservacionistas e/ou preservacionistas do meio ambiente: a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*; b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus

---

<sup>35</sup> conforme <http://www.usp.br/nupaub/acervo2.html>, conforme acesso em 01.10.2006

antepassados; e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; k) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. Grifamos os itens c, d, e, f, i e j como aquelas características que se aplicam de imediato na caracterização da população garimpeira como População Tradicional. Os demais itens a, b, g, h e k, ou não se aplicam sumariamente ou dependem de aprofundamento para aplicação.

Diegues coloca, ainda, que um dos critérios de maior importância para definir cultura ou população tradicional, além do *modo de vida*, é o “reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular” (2001, p. 89). Mesmo considerando razoável e abrangente as características apresentadas por Diegues, outras poderão ser incorporadas na análise do conceito de População Tradicional no decorrer de nossa pesquisa, objetivando caracterizar o *homo garimpeirus* como população tradicional do Alto Jequitinhonha. É nesta perspectiva abrangente de população/cultura/território que visualizamos uma Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes no Alto Jequitinhonha.

Neste sentido é possível entender geografia cultural como a “aplicação da idéia de cultura aos problemas geográficos” (WAGNER & MIKESELL, 2003, 27). Ou como proposto por Berque, “o estudo do sentido (global e unitário) que uma sociedade dá à sua relação com o espaço e com a natureza”, ou “a escrita da terra por uma sociedade (1998, p. 84 e 89). Tornou-se um importante subcampo da geografia difundida a partir da Europa há quase um século, destacando-se nos Estados Unidos – com a Escola de Berkeley – e seu grande expoente Carl Sauer; e no Brasil a partir da década de 1990 (CORRÊA & ROSENDAHL, 2003, p. 9). A heterogeneidade cultural brasileira sugere um conjunto de temas (e seus subtemas associados e/ou desdobrados), a serem analisados pelos geógrafos, objetivando a inteligibilidade da cultura brasileira numa dimensão espacial. São eles, segundo Corrêa & Rosendahl (2003, p. 16 e 17): a) as paisagens culturais, que são as formas espaciais impregnadas de significados, criadas pela ação humana; b) as regiões culturais, que são aquelas onde se reproduzem identidades. São nove regiões culturais no Brasil, conforme classificação de Manuel Diegues Jr, onde o Planalto Minerador é uma delas; c) as religiões e seus cultos, que invocam a espacialidade do sagrado e do profano, onde a interação destas espacialidades torna-se de grande importância na geografia cultural; e a d) cultura popular, que aborda as diferentes práticas espaciais associadas ao cotidiano.

Wagner & Mikesell propõem outra estruturação para os temas da geografia cultural, sendo (a) cultura; (b) área cultural; (c) paisagem cultural; (d) história da cultura; e (e) ecologia cultural. Estes autores defendem que a geografia cultural deve estar “ligada à terra”, em particular àqueles aspectos produzidos ou modificados pela ação humana (2003, pp. 27 e 28).

A população dedicada à extração do diamante no Alto Jequitinhonha há quase três séculos não desenvolveu apenas uma adaptação ao meio ambiente, o que é de interesse da geografia, mas desenvolveu um conjunto de atividades em torno da extração do diamante, como suporte e manutenção desta atividade, e, de uma forma periférica, a agricultura de subsistência, associada à coleta de produtos do campo, o artesanato, a cerâmica, a caça etc. A identificação e descrição dos elementos visíveis da cultura material produzida pelos grupos culturais, no caso os garimpeiros, como o conjunto das atividades em torno do garimpo, consistente nas expressões do aproveitamento que o ser humano faz da terra, o

conjunto cultural que resulta destas expressões e as marcas visíveis da presença humana torna-se objeto de observação (SAUER, 2003, 19 e 23), não só de geógrafos, mas de todos aqueles interessados no estudo das Populações Tradicionais e as Unidades de Conservação.

Com efeito os garimpeiros tradicionais modificaram a paisagem natural do Alto Jequitinhonha em muitos meios e maneiras. E tais modificações foram ainda mais intensas pelo garimpo mecanizado, em menor espaço de tempo. Estas marcas são importantes no contexto deste trabalho. A Geografia Cultural do Garimpo de Diamantes no Alto Jequitinhonha que se persegue com este trabalho pretende avançar para além das marcas na paisagem (a degradação do meio ambiente), mas explorar a ruptura cultural provocada pelo fim da atividade histórica de extração do diamante e as conseqüências por ventura identificadas na população do Alto Jequitinhonha. Nesta ótica é possível visualizar algum mecanismo de *compensação cultural* pela ruptura imposta à população, através da criação de postos de trabalho permanente, como frentes de trabalho na recuperação de áreas degradadas, reflorestamento e demais necessidades da APA, financiado com recursos públicos ou pelos municípios à jusante, maiores interessados pela qualidade da água que chega aos seus territórios provenientes do Alto Jequitinhonha (que aqui pode ser entendido como alto vale de alguns tributários do rio das Velhas/São Francisco, que também nascem na região do diamante).

## 5. METODOLOGIA OPERACIONAL E FONTES DE INVESTIGAÇÃO

A paisagem cultural é formada a partir da paisagem natural pelo grupo cultural.  
O grupo é a força ativa, a área natural é o meio (milieu) no qual o grupo atua e a paisagem cultural é o resultado.

SAUER<sup>36</sup>

A investigação proposta sobre a cultura garimpeira concentra-se no conflito de territorialidades em duas vertentes: (i) uma trata de reconhecer como População Tradicional os habitantes do Alto Jequitinhonha, especialmente aqueles historicamente dedicados à extração do diamante, radicados nos limites da antiga Demarcação Diamantina (1734) por várias gerações; (ii) outra trata da interrupção da atividade tradicional de extração do diamante no Alto Jequitinhonha, por razões legais e, numa determinada porção geográfica desta região, pela decretação de uma Unidade de Conservação.

O primeiro momento da metodologia trata de cruzar a área da antiga Demarcação Diamantina (área estimada em 495 km<sup>2</sup>) com a Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes (com mais de 760 km<sup>2</sup>). Este cruzamento contrapõe as territorialidades em conflito.

---

<sup>36</sup> SAUER, 2000, p. 68.

Figura I – Esquema do Alto Jequitinhonha



A interseção destas áreas (v. o esquema da figura I) gera uma área escopo, denominada para fins deste trabalho de **Zona de Especial Interesse Histórico-Ambiental – ZEIHA**.

A primeira fase da pesquisa parte para a criação de um banco de dados que integra o Sistema de Informações Georreferenciadas – SIG desta pesquisa, que tem como ponto de partida o georreferenciamento da *Demarcação Diamantina*<sup>37</sup>, através da identificação em campo dos pontos indicados pela literatura. Juntamente com os pontos georreferenciados da APA (constantes do Decreto instituidor), o banco de dados permitirá a elaboração de vários mapas temáticos, constando inicialmente da Demarcação e da APA, e, como sub produto, a delimitação da ZEIHA.

Após definição e mapeamento da ZEIHA vem o segundo momento da metodologia, que consiste em processar as imagens, como etapa preparatória para a primeira visita a campo, privilegiando aspectos hidrológicos, vegetação, uso do solo, entre outros.

Com base neste primeiro mapeamento será empreendida a primeira visita, que contemplará o georreferenciamento dos objetivos específicos, sendo: (a) as lavras de diamantes - recentes e antigas; (b) as áreas degradadas (cursos d'água e suas margens imediatas), seja pelo garimpo ou outras atividades; (c) sítios arqueológicos por ventura existentes, cachoeiras, açudes, lapas, grutas e outras áreas de interesse ecoturístico; (d) população quilombola ou descendente desta; (e) tipos de vegetação, elevações, nascentes e cursos d'água em geral; (f) povoados e vilas, fazendas, sítios, chácaras e outras moradias; (g) produção agrícola e artesanal; (h) malha rodoviária, trilhas e caminhos; (i) outras informações que contribuam no ordenamento do turismo, mormente o projeto da Estrada Real.

<sup>37</sup> A Demarcação Diamantina tem, conforme Felício dos Santos, 12 léguas de norte a sul, e 7 léguas de leste a oeste, resultando em 75 léguas quadradas, mais ou menos. Considerando-se a légua com 6.600 m., obtêm-se 495 km<sup>2</sup>. *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 57. Conforme Felício dos Santos (*op. cit.* pp. 57 e 71), o Distrito Diamantino apresentou pelo menos dois perímetros: o **PRIMEIRO**, de 1734, com aproximadamente 75 léguas quadradas, demarcado por Martinho de Mendonça, assistido por Rafael Pires Pardiniho, possuía seis marcos, sendo o 1º marco, na **barra do Rio Inhaí**, e subindo o Rio Jequitinhonha, foi assentado o 2º marco, no **Córrego das Lajes, uma légua acima de sua barra**; o 3º marco foi assentado em uns penhascos da **Serra do O**; o 4º marco junto ao Morro das Bandeirinhas; o 5º marco em uma penha alta, chamada **Tromba d'Anta**, fronteira ao córrego das Bandeirinhas; e seguindo as serra que rodeiam a chapada, foi o 6º marco assentado na **cabeceira do Pardo** e descendo o **Inhaí até a Barra**, onde começou; o **SEGUNDO**, de 1739, por determinação de Gomes Freire de Andrade, considerando os novos descobertos não compreendidos na primeira demarcação, tinha o primeiro marco no **Arraial de São Gonçalo**, daí uma linha reta até as **cabeceiras do Córrego das Três Barras** e daí ao **rio do Paraúna**, todo o rio abaixo até onde entra o **Ribeirão da Areia**, de cuja barra segue em linha reta à **barra que o Rio Pardo Pequeno** faz no Rio Pardo Grande, no **sítio chamado Forquilha**, e pela **cabeceira do Rio Pardo Grande** em linha reta à do Rio Inhaí, e por este abaixo até o Jequitinhonha do Campo e deste ao Jequitinhonha do Mato, continuando pela **cabeceira do Rio Capivari** até São Gonçalo, donde teve início a Demarcação.

A primeira visita facilitará – ainda - dimensionar a população e sua distribuição na ZEIHA, além de outras características, o que permitirá avaliar o grau de dificuldade envolvido nas entrevistas que seguirão na segunda fase, além de sugerir uma metodologia ou roteiro para as entrevistas.

O conjunto de informações obtidas nesta primeira fase são de extrema importância para a pesquisa, mas se complementam pela segunda fase.

A segunda fase parte para as entrevistas no campo, momento chave para caracterizar a população garimpeira do diamante no Alto Jequitinhonha como População Tradicional. As entrevistas deverão priorizar: (A) o perfil dos entrevistados, por faixa etária, vez que interessam as pessoas mais antigas, pela possibilidade de terem praticado o garimpo tradicional e por provavelmente terem testemunhado o momento da migração da técnica do garimpo tradicional para o mecanizado; (B) um formato de entrevista, podendo ser aberta, com algumas perguntas-chave e/ou espontâneas, ou resposta a questionário; (C) um grau de complexidade para as perguntas, desdobradas em três eixos: (i) a toponímia, ou a busca de relação entre a atividade garimpeira tradicional e o nome dos lugares; (ii) a nomenclatura utilizada na atividade garimpeira tradicional atribuídos a ferramentas, procedimentos, relações de trabalho, entre outros nomes, todos cruzados com aqueles disponíveis na literatura; e a (iii) religiosidade, que, conforme Mata, teve uma parcela significativa na formação dos antigos arraiais mineiros (2005, p. 117), além de festejos, cantorias e outras manifestações folclóricas ligadas ao garimpo tradicional ou ao garimpeiro tradicional, como jogos de carta e tabuleiro, e outras formas de entretenimento, dentro e fora da lida garimpeira.

Com efeito os garimpeiros tradicionais modificaram a paisagem natural do Alto Jequitinhonha em muitos meios e maneiras, imprimindo sua marca cultural, e que constitui a paisagem cultural como um dos focos da pesquisa. Estas marcas, ou a paisagem cultural apresenta-se de grande importância no contexto metodológico deste trabalho, pois subsidia um olhar epistemológico sobre a Geografia Cultural do Diamante no Alto Jequitinhonha que esta pesquisa pretende sustentar. A paisagem cultural, portanto, não se caracteriza apenas na forma apresentada como degradação do meio ambiente (cursos d'água), mas pretende-se explorar a ruptura cultural provocada pelo fim da atividade histórica de extração do diamante e as conseqüências por ventura identificadas na população do Alto Jequitinhonha. São marcas subjetivas, simbólicas, fruto da representação que a atividade garimpeira tem no imaginário da população do Alto Jequitinhonha.

A terceira fase é eminentemente teórica, com a busca de informações junto à literatura e consulta a mapas antigos. Esta fase teórica prioriza o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, como órgão gestor da APA das Águas Vertentes; o Arquivo Público Mineiro – APM; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; o Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais – IGA-MG; o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; a Agência Nacional de Águas – ANA; o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente – MMA; o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; o Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM-MG; o Sindicato e a Cooperativa de Garimpeiros na região do Alto Jequitinhonha; a Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha – AMAJE, entre outros. Além destas informações, busca-se, também, avaliar o comportamento dos órgãos de meio ambiente<sup>38</sup> no tocante ao licenciamento ambiental para o garimpo de diamantes no Alto Jequitinhonha após 1989 e as rotinas de fiscalização. Vale ainda checar a Ministério Público e o Judiciário (comarcas de Diamantina e Serro) para verificar a existência e natureza de eventuais demandas judiciais (cíveis e penais) envolvendo garimpeiros e mineradoras.

---

<sup>38</sup> IBAMA, DNPM, IEF, FEAM, COPAM, BATALHÃO DE POLÍCIA FLORESTAL.

A quarta fase trata da elaboração da tese com as informações obtidas nas três fases precedentes.

## 6. CRONOGRAMA DE TRABALHO

*Só na foz dos rios é que se ouve o murmúrio de todas as fontes*<sup>39</sup>.

A pesquisa tem um universo de três anos:

### 6.1. Ano I -

Neste primeiro ano do curso e da pesquisa os trabalhos se concentram no plano teórico, buscando alcançar elementos e referenciais para a primeira visita a campo. Neste sentido são imprescindíveis conhecimentos de georreferenciamento e cartografia, que deverão ser supridos junto ao POSGEO; pesquisa na literatura no sentido de identificar a *Demarcação Diamantina*; e contatos com órgãos e institutos indicados na metodologia, no sentido da busca de subsídios, apoio institucional e material para a pesquisa. Neste primeiro ano prevê-se, ainda, uma série de deslocamentos a Belo Horizonte e ao Alto Jequitinhonha.

### 6.2. Ano II -

O segundo ano da pesquisa será dedicado exclusivamente às visitas de campo, prioritariamente as fase 1 e 2, abordadas na metodologia, com prolongada permanência da região objeto da pesquisa, já com a área escopo mapeada.

### 6.3. Ano III -

O terceiro anos será destinado à fase 3 e 4 da pesquisa, com a elaboração do relatório da tese, parcialmente no Alto Jequitinhonha e na base do autor, em Niterói.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. s/l: Livraria Briguiet, 1960.

BARROS, Ana Angélica Monteiro de; SATHLER, Evandro Bastos; CONCEIÇÃO, Maria Collares Felipe da. *Breves comentários à Lei 9985/2000 que institui o sistema nacional de unidades de conservação*. IN: II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2000, Campo Grande. Anais... V. II.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. IN: *Paisagem, tempo e cultura*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BIANCHI, Adriana N. *Desafios institucionais no setor de água: uma breve análise*. In: *Direito, água e vida*. BENJAMIN, Antonio Herman (Org.). Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003, 2 v., p. 231.

---

<sup>39</sup> Guimarães Rosa.



BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. IN: *Geografia cultural: um século (3)*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

BRASIL. Lei Federal 4.771, de 15 de Setembro de 1965: Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília.

BRASIL. Lei Federal 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.

BRASIL. Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

CARVALHO, Carlos Gomes de. *Dicionário jurídico do ambiente*. São Paulo: Letras & Letras, 1991.

CHAVES, Mario Luiz de Sá Carneiro; CHAVES, Luís Manuel Chambel. *Diamante: a pedra, a gema, a lenda*. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. IN: *Introdução à geografia cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. IN: *Paisagem, tempo e cultura*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. IN: *Introdução à geografia cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Benhur. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. IN: *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Annablume: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio – Século XXI*. Editora Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Joaquim. *Novo dicionário etimológico da língua portuguesa*. Porto: Editora Domingos, s/a

GIL, Ana Helena Corrêa; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Identidade religiosa e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. IN: *Religião, identidade e território*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. IN: *Religião, identidade e território*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito das águas*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

GUIMARÃES, Bernardo. *O garimpeiro*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, s/d.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. IN: *Religião, identidade e território*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1997

LACERDA, José Maria D´Almeida e Araújo Correa de. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: s/e, 1859.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijuco cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

MATA, Sergio da. O desencantamento da toponímia. IN: *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*. Diamantina, MG: Maria Fumaça, 2000.

MERCADANTE, Maurício. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei n° 9.985/2000. In: *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídica das unidades de conservação*. Antonia Pereira de Ávila Vio ... [et al]; coordenação Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MIKESELL, Marvin W.; WAGNER, Philip L. Os temas da Geografia cultural. IN: *Introdução à geografia cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MINAS GERAIS. Decreto 39.399, de 21 de janeiro de 1998: dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA das Águas Vertentes, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

MIRANDA Jocy Gonçalo de; CIPRIANI, Moacir; MÁRTIRES, Raimundo Augusto C.; GIACONI, Wagner José. *Atividades garimpeiras no Brasil: aspectos técnicos, econômicos e sociais*. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1997, p. 6

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. s/l: Instituto Nacional do Livro, 1966.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ROGRIGUES, José Eduardo Ramos. *Sistema nacional de unidades de conservação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. IN: *Introdução à geografia cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

SATHLER, Evandro Bastos. *Tropeiros & outros viajantes*. Niterói: PPGSD/UFF/Edição do Autor, 2003.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. IN: *Paisagem, tempo e cultura*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SAUER, Carl. Desenvolvimentos recentes em geografia cultural. IN: *Geografia cultural: um século (1)*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

SAUER, Carl O. Geografia cultural. IN: *Introdução à geografia cultural*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. IN: *Geografia cultural: um século (3)*. (Orgs.) Roberto Lobato Corrêa/Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: EDUSP, 1981, Vol. 3, p. 448;

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª edição, 2004.

SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Trad. Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1981.